

Pirronismo não expurgado

Barry Stroud

University of California, Berkeley

E-mail: barrys@berkeley.edu

Tradução: Jefferson Marcondes Leite dos Santos
(IFPA, *campus* Breves)
E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Israel Vilas Bôas
(UNIFESP)
E-mail: chrysotile@gmail.com

O livro *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação* de Robert Fogelin deveria ser leitura obrigatória para qualquer um que pretende se engajar ou já está engajado no projeto filosófico de “definir” ou de “analisar” o conhecimento. Ele explica de maneira inovadora e altamente esclarecedora por que a investigação assumiu a forma que tem, especialmente desde a provocação de Gettier em 1963, por que seus problemas resistiram, e nessa forma continuarão a resistir, a uma solução. A ideia básica estava presente em sua explicação do que chamou de “afirmações justificadas” em seu *Prova e significado* de 1967. Essas afirmações não expõem apenas o apoio probatório ou a justificativa de alguma coisa; elas indicam a força ou a adequação daquela prova. Elas não são, portanto, redutíveis a nada expressável exclusivamente em termos não justificadores ou não avaliativos. Fogelin argumenta que, por conseguinte, estava errado responder a Gettier procurando por um substituto não epistêmico para a aparentemente problemática “terceira condição” do conhecimento. Isso é semelhante ao que Moore chamou de “falácia naturalista”. Sempre será uma questão aberta se uma pessoa sabe que p quando aquelas condições substitutas propostas são preenchidas. A história dos contraexemplos às respostas a Gettier sugere que sempre se podem imaginar circunstâncias em que se obteria uma resposta negativa.

Isto não significa dizer que não podemos descrever o uso da palavra “saber” e palavras epistêmicas relacionadas e, assim, naquele sentido defini-las. Para Fogelin, o que alguém afirma quando diz que a sabe que p é que as crenças de a em p estão sustentadas racionalmente por razões que estabelecem a sua verdade. É essencial que o comentarista endosse ou concorde com o que considera uma avaliação probatória da adequação das razões de a . Essa é uma ideia muito importante, com significativas implicações que vão bem além da “epistemologia” estreitamente concebida. É um ponto em que muitos daqueles que continuam a buscar uma definição de conhecimento (mas não eu) relutarão. Eles exigirão uma explicação adicional ou substituição em

termos não epistêmicos da ideia de uma crença ou um conjunto de crenças que “estabelece a verdade” de outra crença. A ideia importante de Fogelin é que se deve resistir a esta exigência reducionista.

Esta também é a chave para a sua admirável resistência ao relativismo, ao contextualismo ou ao “perspectivismo” na explicação do conhecimento. Um comentador do conhecimento de outra pessoa deve empregar alguns padrões ou procedimentos para determinar se *a* sabe ou não que *p*, e deve fazer isso em um contexto ou em outro, assim como *a* deve ter empregado alguns padrões ou procedimentos próprios em algum contexto ao fazer sua afirmação original de conhecimento. Mas nem a asserção do comentador nem a afirmação de conhecimento de *a* menciona ou refere a padrões, procedimentos ou contextos envolvidos. Isso torna possível explicar um fato que o relativismo ou o contextualismo teria dificuldades de explicar: como a afirmação do comentador de que *a* não sabe que *p*, feita em um contexto diferente, pode, no entanto, contradizer a afirmação original de conhecimento de *a*, embora a afirmação de *a* satisfaça os seus próprios padrões (ou até mesmo os padrões do comentador) em seu contexto e a crença de *a* era verdadeira.

Descrevi e elogiei brevemente essas e outras contribuições centrais do livro de Fogelin em outro lugar.¹ Em vez de dar mais razões para minha admiração, o que seria muito fácil de fazer, aqui tratarei de uma questão sobre a qual reflexão adicional me deixou desconcertado e sobre a qual espero que Fogelin diga mais coisas. Dito de maneira simples, parece que, ao fim e ao cabo, ele não se afasta tanto do dilema filosófico que seu livro repudia quanto a sua própria explicação do que está fazendo parece implicar que ele deveria fazer.

Ele chama suas reflexões de “pirrônicas” e o ponto de vista do qual o livro é escrito de um “pirronismo atualizado” (p. 9). Isso é uma forma de “ceticismo filosófico” que “surge do raciocínio filosófico”; “a filosofia é a fonte do ceticismo” (p. 3). Mas o pirronismo também faz da filosofia o seu alvo. Um pirrônico é essencialmente um contra-atacante filosófico que responde ao dogmatismo “filosófico”. Ele “filosofa apenas como recurso temporário e, uma vez que os anseios produzidos pelo filosofar dogmático tenham sido superados, os argumentos céticos do próprio pirrônico podem ser descartados como uma escada que deixou de ser útil” (p. 4). Em outra metáfora de Sexto Empírico, diz-se que as observações de tom pirrônico estão “dentre as coisas sobre as quais sua dúvida se aplica, assim como purgantes não apenas eliminam os humores do corpo, mas também expõem a si mesmos juntamente com os humores” (p. 4).

Fogelin parece aceitar este caráter autorreferencial de seus esforços nesse livro. A meu ver, ele está correto em afirmar que não há nada que impeça um pirrônico, descrito dessa forma, de dar uma explicação de nosso uso de termos epistêmicos do tipo que ele nos dá.

¹ *The Journal of Philosophy*, December 1995, p. 662-65.

Nem há nada que impeça um pirrônico de usar aqueles termos corretamente e, assim, de fazer afirmações confiantes de conhecimento como todo o resto de nós o faz em nossa vida diária. Tudo a que o pirrônico de Fogelin se opõe oficialmente é à afirmação de que o problema filosófico da possibilidade do conhecimento humano é solucionado por uma teoria da justificação do tipo apresentado pelos epistemólogos “dogmáticos”. Se esse problema tivesse de ter uma solução positiva para que fosse verdade que sabemos as coisas que achamos que sabemos, então não saberíamos nada. Esse veredito negativo é a conclusão da segunda parte do livro.

Mas esse veredito é somente condicional, ou interno, ao projeto filosófico de avaliar o conhecimento humano de maneira geral. O pirrônico mostra que o raciocínio ou a reflexão que leva o filósofo “dogmático” para o seu problema é suficiente para tornar impossível uma solução satisfatoriamente positiva do problema. O que eu acho desconcertante é que, tendo estabelecido essa conclusão e, desse modo, posto os epistemólogos “dogmáticos” otimistas em seus lugares, Fogelin, em nome do pirronismo, continua a sustentar visões que soam muito pessimistas ou céticas sobre seu próprio conhecimento e o conhecimento de todos nós, até mesmo em aparente independência do tradicional projeto epistemológico da justificação. Ele não extrai aqueles vereditos diretamente de fatos a respeito do uso correto de termos epistêmicos, mas, não obstante, ele o faz, por razões que são obscuras para mim. Parece que ele está na escada que tinha de ser jogada fora. O purgante parece não ter completado o seu trabalho.

Por exemplo, quando pensa sobre isso, mesmo por um momento, ele está inclinado a dizer, aparentemente de maneira séria, que não sabe o seu próprio nome! Ele pensa ser possível que, devido a uma troca no hospital, Robert Fogelin seja alguém chamado “Herbert Ortcutt”, e que Ortcutt é o professor alto de Dartmouth que escreveu esse livro sobre o qual estamos discutindo (p. 93). Se ele estiver certo sobre isso, então de acordo com a sua explicação admiravelmente não perspectivista e não contextualista do conhecimento, ele *nunca* soube seu próprio nome, mesmo que somente tenha pensado nessa estranha possibilidade recentemente. O que é descoberto num “nível de escrutínio mais alto” pode contradizer o que se disse responsabilmente em níveis “mais baixos”.

Ele também pensa que não está sozinho nisso. A maioria das pessoas, ele diz, “reconhecerá, falando estritamente – se formos exigentes –, dado que não sabem que não foram trocadas ao nascer, que não sabem seus próprios nomes” (p. 94). Os filósofos que rejeitam que o princípio “saber que” está fechado sob as consequências lógicas conhecidas presumivelmente não reconheceriam isso, mas Fogelin admiravelmente argumenta que os exemplos que parecem refutar aquele princípio são realmente exemplos de mudança de “nível de escrutínio” na qual o princípio permanece inviolado. Se isso está correto, não pode ser que ele pense que a mera adesão àquele princípio é responsável por tantas

pessoas não saberem os próprios nomes. Parece que é porque ele pensa que não sabem que não foram trocadas ao nascer. Mas por que ele acha isso?

Minha perplexidade pode ser formulada em duas perguntas. Por que ele sustenta que a maioria das pessoas não sabe seus próprios nomes (e, assim, presumivelmente não muito mais)? E por que ele pensa que sustentar essa concepção é uma expressão do "pirronismo atualizado" que professa em seu livro?

Ele sustenta a concepção como um exemplo da ideia mais geral de que "a reflexão sobre possibilidades remotas ou *não tão remotas* ainda não excluídas pode nos levar a pensar que quase nunca sabemos as coisas que afirmamos saber" (p. 94). É por isso que ele pensa que, para gerar o que chama de "problema cético", não temos de introduzir "cenários céticos" radicais. Estes são "possibilidades sistematicamente inelimináveis" e se poderia mostrar com base em razões verificacionistas ou transcendentais que são sem sentido ou conceitualmente incoerentes ou, de outra maneira, irrealizáveis. Mas isso não importaria para o sucesso do "ceticismo" de Fogelin, mesmo se pudesse ser feito. Basta introduzir possibilidades que são "elimináveis", mas que, de fato, não foram "eliminadas" em um caso particular. Fogelin impressiona-se com o fato de que, quando as pessoas fazem afirmações de conhecimento, "não o fazem por crer que eliminaram todas as possibilidades refutadoras elimináveis" (p. 95). Mas ele pensa que sua explicação do conhecimento torna "completamente natural perguntar como razões podem estabelecer a verdade de alguma coisa, quando, ao mesmo tempo, há possibilidades solapadoras que não foram eliminadas" (p. 94). Essa não pode ser simplesmente a queixa despropositada de que as razões para as crenças são em geral não dedutivamente suficientes. A admirável explicação de Fogelin do uso da palavra "saber" e de outros termos epistêmicos sustenta que "estabelece a verdade de" não significa o mesmo que "implica". Qualquer que seja a sua fonte, a reflexão sobre essa questão "completamente natural" é o que tem consequências "céticas" para Fogelin. "Insistir em revogados não eliminados pode produzir dúvidas céticas tão fortes quanto aquelas produzidas por cenários céticos" (p. 193). A disparidade entre o que é exigido pela verdade do que dizemos e a maioria do que teremos efetivamente "eliminado" antes de fazer uma afirmação de conhecimento é, para Fogelin, o que revela a geral "fragilidade de nossas práticas epistêmicas comuns" (p. 193). Ele cita com aprovação a observação de Wittgenstein: "é sempre pela graça da natureza que se sabe alguma coisa" e chama um de seus próprios capítulos de "Graça Epistêmica".

Minha questão é por que Fogelin pensa que possibilidades remotas ou não tão remotas do tipo que ele tem em mente não foram "eliminadas" pela minha afirmação de que sei que *p*. Se elas são possibilidades cuja realização implica que não sei que *p*, então, ao afirmar que sei que *p*, eu as elimino. O que digo implica que elas não se realizam. É claro, comumente eu não verifico pessoalmente a não realização de

cada possibilidade contrária particular em que eu possa pensar antes de dizer que sei. Mas, ao dizer que minhas razões estabelecem a verdade do que creio, eu quero dizer que nada solapa nem enfraquece a força das minhas razões e, em particular, que as possibilidades que eu não considere explicitamente não as solapam. É com isso que me comprometo. É claro, eu poderia estar errado a este respeito. Mas, quando digo que sei, eu o faço acreditando que removi todas as possibilidades refutadores do que se deve considerar. Eu as excluo a partir do que digo que é o caso.

Devo dizer que, a meu ver, Bob Fogelin, de fato, sabe seu próprio nome. Acho que ele está errado em concluir com base nessa especulação tão franzina que não sabe seu nome. De fato, acho que *eu* sei o seu nome. Ao afirmar que o sei, estou afirmando que minhas razões estabelecem a verdade da minha crença de que o nome dele é “Robert Fogelin”. A meu ver, minhas razões estabelecem a verdade dessa crença. E acho que as razões dele estabelecem também. Assim, sugiro que a possibilidade de que ele foi trocado depois de ter sido nomeado nunca se realizou. Fogelin acha que eu não deveria ousar afirmar tudo isso? Por que não? Eu o afirmo e, se o que eu digo e sugiro é verdade, isso não se segue com base na explicação dele que eu o sei? É claro, não se segue da minha afirmação inteiramente responsável com base nessas razões que eu sei, mesmo se eu estiver certo sobre o nome dele. Poderia ocorrer que minhas razões não estabelecessem a verdade da minha crença de fato. Mas isso é o que eu nego que seja realmente assim nesse caso.

Mas mesmo que seja verdade que Fogelin não sabe o seu próprio nome e mesmo que ele esteja certo em considerar nossas práticas epistêmicas em geral “frágeis”, minha outra questão é por que ele pensa que, ao sustentar essas concepções, está expressando um “pirronismo atualizado”. Diz-se que o pirronismo é uma forma de “ceticismo” que surge somente do “raciocínio filosófico”. Sua fonte é a “filosofia”. Qual “raciocínio filosófico” ou qual reflexão filosófica leva Fogelin a dizer que ele não sabe o seu próprio nome ou que nossas práticas epistêmicas são, na melhor das hipóteses, “frágeis”? Ele realmente pensa que mostrou que a busca por uma solução positiva para o problema geral da justificação epistemológica leva à conclusão “cética” de que os seres humanos não sabem praticamente nada e, assim, em particular, que não sabem seus próprios nomes. Mas essa não pode ser a reflexão em que ele está se apoiando. Os “céticos dogmáticos” separam a consequência daquela reflexão filosófica especial e dizem que os seres humanos não sabem praticamente nada. Os céticos pirrônicos, não. Fogelin enfatiza que eles (e, portanto, presumivelmente ele) afirmarão saber certas coisas e estar seguros e mesmo absolutamente convictos das coisas, tal como o resto de nós em nossas práticas epistêmicas comuns. Uma coisa sobre a qual a maioria deles poderia afirmar estar absolutamente certa é o seu próprio nome. Por que, então, é pirrônico negar, como faz Fogelin, saber o seu próprio nome?

Ele parece pensar que podemos ser levados a negar que sabemos as coisas que pensamos que sabíamos simplesmente pela reflexão sobre possibilidades remotas ou não tão remotas de erro que não tínhamos explicitamente considerado. Se isto é assim ou não, pareceria depender de que tipo de reflexão é e de quais são possibilidades em questão. Em casos particulares, ao que parece, poderiam ocorrer de um ou do outro modo. Se concluo, em um caso particular, que provavelmente não sei o que eu disse que sabia, é isso uma forma de ceticismo pirrônico? É verdade que os pirrônicos, como Fogelin os descreve, têm à sua disposição os Modos de Agripa para induzir a suspensão do juízo e, talvez, Fogelin pense que as razões para a sua crença de que seu nome é “Robert Fogelin” não superam o desafio que eles apresentam. “Se os pirrônicos estiverem certos”, diz ele, “nenhuma argumentação, uma vez iniciada, pode evitar cair em uma das armadilhas da circularidade, do regresso ao infinito ou da hipótese arbitrária” (p. 116). Mas essas armadilhas são invocadas pelo pirrônico somente com propósitos dialéticos, em oposição a argumentos dados pelos filósofos “dogmáticos” em seu projeto de mostrar que sabemos ou estamos justificados em crer em certas coisas. Na vida cotidiana, o pirrônico não está ameaçado por elas, assim como não apresentam nenhuma ameaça ao físico, ao matemático ou ao detetive competente, nem a nenhum de nós que sabe o nosso próprio nome e muitas outras coisas, mas que não reflete sobre o conhecimento humano à maneira dos filósofos “dogmáticos”.

Sképsis 2017